



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680338 - PR (2021/0220062-4)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : CLEBER DE OLIVEIRA
ADVOGADO : CLEBER DE OLIVEIRA - MG187597
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : EZEQUIAS PEREIRA SILVA JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EZEQUIAS PEREIRA SILVA JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0038087-72.2021.8.16.0000).

O paciente foi preso em flagrante pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva (fl. 18).

A defesa impetrou *habeas corpus* na origem tendo a ordem constritiva sido mantida pela Corte estadual.

O impetrante sustenta que a prisão preventiva do paciente teria sido decretada sem fundamentação idônea que justificasse a medida, com base apenas na gravidade em abstrato do delito, reputando ausentes os seus requisitos autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Destaca que o paciente é primário, portador de bons antecedentes e possui residência fixa, predicados que denotariam a desnecessidade de sua manutenção no cárcere antecipadamente.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, ainda que mediante a incidência de medidas cautelares alternativas, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente